

Senado se prepara para fazer mudanças

Aprovada em primeiro turno na Câmara, por 378 votos a favor e 53 contra, a tributária deve ser alterada

Brasília - O Senado vai se apropriar da discussão da reforma tributária e suas principais lideranças querem fazer não apenas mudanças cosméticas, como aquelas previstas para a reforma da Previdência, mas alterações estruturais no texto aprovado em primeiro turno na Câmara na madrugada de ontem.

Os líderes dos partidos de oposição e da base governista já admitem antecipar a promulgação de pontos fundamentais para o caixa do Governo federal, como a manutenção da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

No entanto, não abrem mão de aprovar um texto mais consistente, envolvendo questões como carga tributária, transição da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para o destino e a partilha de receitas da União com os Estados e municípios.

Eleições

Apesar do conteúdo econômico, a passagem da reforma tributária no Senado terá um forte viés político-eleitoral. Enquanto os deputados são mais dependentes da influência dos governadores, os senadores são adversários potenciais, podendo tornar o cenário mais difícil para aprofundar as negociações. "De cada três senadores, três são candidatos à sucessão do governador", lembrou o líder do Governo no Senado, Aldo Rebelo (PC do B-SP).

Em caso de aprovação do núcleo das mudanças tributárias, os senadores poderão se debruçar, sem pressa, sobre pontos que terão impacto eleitoral em seus Estados. Desse modo, sairiam como patroci-

nadores de modificações estruturais no sistema tributário brasileiro ainda este ano.

Para o líder do Governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a expectativa é transformar a Casa num fórum privilegiado das negociações. Ele admite também antecipar a promulgação de pontos referentes à partilha da Cide - o imposto dos combustíveis - para os Estados e municípios, a criação dos fundos de Exportação e Desenvolvimento Regional, além da prorrogação da Cide e da CPMF, alvos de acordo na Câmara. "Aqui no Senado tem mais racionalidade", disse, afastando a hipótese de os governadores conseguirem a partilha da CPMF, uma tentativa frustrada nas negociações da Câmara.

PMDB

A aprovação da reforma tributária no Senado dependerá fundamentalmente do PMDB, já que o bloco governista não tem votos suficientes para aprovar uma emenda constitucional, sem seu apoio. Depois de consolidar sua liderança na Câmara oferecendo 70 dos 73 votos à reforma tributária, o PMDB planeja no Senado atuar como bloco partidário para se consolidar como principal parceiro do Planalto no Congresso.

É no Senado que o Governo precisará atuar para quebrar descontentamentos na bancada. O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), disse que sua idéia é sentar com os colegas e discutir ponto por ponto da proposta da Câmara.

Calheiros admite também que os dispositivos acordados com os governadores sejam promulgados antes para não inviabilizar o aprofundamento de mudanças estruturais. "Vamos aprovar o núcleo e ousar em outras mudanças", avisou. (AG)



A reforma aprovada

Como ficou	Interesses envolvidos
CPMF	
Governo desistiu da proposta de tornar a contribuição definitiva e propôs a prorrogação, com a alíquota atual de 0,38%, até 2007. Texto passou a incluir a vinculação dos recursos às áreas de saúde e combate à pobreza	Atende a empresários, oposição e parte dos aliados, além de esvaziar a pressão de governadores e prefeitos pela partilha das receitas. Vinculação agrada às alas mais ideológicas da base
DRU (Desvinculação de Receitas da União)	
Mantém a proposta de prorrogar até 2007 o mecanismo, que permite retirar 20% da receita dos principais tributos de gastos mínimos obrigatórios como os com saúde e educação	Ponto inegociável para o Governo, que depende da DRU para cumprir as metas de ajuste fiscal negociadas com o FMI (Fundo Monetário Internacional)
ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	
Prazo de transição para a cobrança no destino das mercadorias foi elevado de oito para 11 anos. Mantém a proposta de unificação da legislação e número máximo de cinco alíquotas. Cria um teto de 25% para as alíquotas, mas permite que cada Estado estabeleça adicional de até cinco pontos percentuais para até quatro produtos	Cobrança no destino, que, em tese, beneficia regiões mais pobres, é contestada por Estados como São Paulo, Minas Gerais e Amazonas. O teto busca satisfazer o empresariado, mas foi mantida a regra que atribui aos Estados a palavra final sobre as alíquotas, o que pode elevar a carga tributária
Cesta básica e medicamentos	
Texto estabelece que gêneros alimentícios de primeira necessidade e medicamentos serão tributados com a menor alíquota do ICMS. Permite ainda que esses produtos recebam isenção por lei complementar	Pode baratear a cesta básica e os remédios, mas haverá resistência dos Estados, especialmente os mais pobres, em abrir mão de receita
Benefícios fiscais	
Fim dos atuais benefícios concedidos pelos Estados para a atração de empresas teve prazo estendido de oito para onze anos	Regiões mais pobres, especialmente o Centro-Oeste, consideram os incentivos meios legítimos de desenvolvimento. São Paulo é o maior adversário da guerra fiscal
Zona Franca de Manaus e Lei de Informática	
Mantém a prorrogação por dez anos (até 2023) da ZFM, incluída pela comissão especial da Câmara. Benefícios da Lei de Informática, a serem definidos em novo projeto, vigorarão até 2019	Atende ao lobby da bancada amazônica na Câmara. Alteração na Lei de Informática é contrapartida às demais regiões
Exportações	
Mantém a inclusão na Constituição do fim do ICMS sobre as exportações e a previsão de um fundo de cerca de R\$ 8 bilhões anuais destinado a cobrir as perdas dos Estados	Governadores querem um fundo de R\$ 8,5 bilhões anuais, mas o montante só será definido em lei complementar
Cide (Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico)	
Partilha dos recursos da Cide foi incorporada à emenda constitucional, que prevê o repasse de 18,75% da receita aos Estados e 6,25% aos municípios	Regra é um revés para os Estados, que contavam com a promessa de ficar com 25% da receita, e busca agradar aos municípios
Taxa do lixo	
Texto passa a permitir que municípios cobrem contribuições destinadas a financiar os serviços de limpeza de vias, praças e parque. Estabelece ainda que, até a criação das contribuições, os municípios poderão cobrar as taxas atuais	Atende aos prefeitos, especialmente os de capitais e grandes cidades, que hoje enfrentam problemas judiciais na cobrança de taxas de limpeza
Fundo de Desenvolvimento Regional	
Mantém a criação do fundo, com 2% da receita do Imposto de Renda e do IPI, destinado às regiões mais pobres. Os Estados terão autonomia para gerir os recursos	Estados mais pobres pressionavam por um fundo com 3% do IR e do IPI

Como ficou	Interesses envolvidos
ITR (Imposto Territorial Rural)	
Texto não prevê mais que o imposto fique com os Estados. O ITR continuará federal, com repasse de 50% aos municípios, mas o percentual pode chegar a 100% mediante convênio com a União	Beneficia, em tese, os municípios, mas não entusiasma os prefeitos, em razão do baixo poder de arrecadação do tributo
Desoneração da produção	
Mantém a previsão, incluída pela comissão especial da Câmara, de uma lei para reduzir o IPI sobre máquinas e equipamentos	Atende parcialmente ao empresariado, que pede uma regra de aplicação imediata
Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	
Mantém as propostas de acabar com a cumulatividade (a incidência em várias etapas da produção) do tributo e sua incidência sobre os produtos importados	Atende ao empresariado, para o qual a cumulatividade encarece as exportações. Tributação sobre os importados elevará em cerca de R\$ 4,5 bilhões a receita anual da União
ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação)	
Mantém a previsão de progressividade do imposto (alíquotas mais altas para valores mais altos), mas estabelece um teto de 15%	Atende ao empresariado, que teme aumento da carga tributária com a progressividade
ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação)	
Mantém a permissão para a progressividade do imposto, cobrado pelos municípios sobre a venda de imóveis	Atende aos municípios, mas desagrada ao empresariado
ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis)	
Mantém a regra que aplica ao setor financeiro a maior alíquota a ser definida para a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	Desagrada ao empresariado, especialmente às instituições financeiras
Tributação sobre bancos	
Sai do texto a regra que permite a cobrança de empréstimos compulsórios por lei ordinária (cuja aprovação exige apenas a maioria dos presentes)	Atende ao empresariado, mantendo na Constituição a exigência de lei complementar (cuja aprovação depende da maioria absoluta do Congresso)
Empréstimos compulsórios	
Proposta de alterar a cobrança do tributo (que hoje incide exclusivamente sobre a folha de salários) será aplicada de forma gradual	Gradualismo atende ao empresariado (setores que usam mais tecnologia e menos mão-de-obra)
Contribuição patronal à Previdência	
Mantém a regra que generaliza a incidência do tributo sobre embarcações e aeronaves	Desagrada ao empresariado
Energia elétrica	
Projeto permite que as contribuições municipais para os serviços de iluminação pública incidam sobre o consumo de energia e sejam cobradas na conta de luz	Facilita a tributação por parte dos municípios
Micro e pequenas empresas	
Mantém a previsão, incluída pela comissão especial da Câmara, de uma lei para beneficiar as empresas de pequeno porte	Agrada aos micro e pequenos empresários
Noventena	
Mantém a regra que fixa um prazo de 90 dias entre a criação e a cobrança de um novo imposto ou alíquota, mas abre exceção, por dois anos, para o ICMS	Atende ao empresariado, enquanto a exceção para o ICMS foi reivindicada pelos governadores
Renda mínima	
Mantém a previsão de criação de um programa de renda mínima com participação opcional de Estados e municípios	Atende a governadores e prefeitos, que temiam ser obrigados, como constava do projeto original, a participar do financiamento do programa



A divisão do bolo tributário

O que muda com a reforma

1

Para os Estados

• 18,75% da receita da Cide, algo como R\$ 1,9 bilhão ao ano

• Aumento de R\$ 2 bilhões no fundo destinado a cobrir perdas com o fim do ICMS sobre as exportações, que passa a contar com cerca de R\$ 8 bilhões anuais

• Fundo de Desenvolvimento Regional de R\$ 2 bilhões anuais, para o Espírito Santo e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

2

Para os municípios

• 6,25% da receita da Cide, algo como R\$ 630 milhões ao ano

• 25% dos recursos do fundo destinado a cobrir as perdas estaduais com a desoneração das exportações, cerca de R\$ 2 bilhões anuais

• Podem elevar de 50% para 100% sua participação na receita do ITR (Imposto Territorial Rural), caso façam convênio com a União para fiscalizar as propriedades. Receita anual estimada em cerca de R\$ 200 milhões

Bancada vota a favor da reforma

Apesar de acreditar que a proposta de reforma tributária do Governo federal não é a ideal, a bancada capixaba votou, na madrugada de ontem, pela aprovação da matéria. Alguns deputados afirmaram, no entanto, que esperam aparar algumas arestas da proposta por meio da votação dos destaques na próxima semana.

“O que aprovamos ontem foi o mérito da reforma. Para a próxima semana, está prevista a votação de 43 destaques da proposta, onde muita coisa poderá ser alterada”, explicou o deputado Nilton Baiano (PP). “A proposta pode ser muito melhorada. Estamos atentos para não aumentar a carga tributária do trabalhador e para que o Espírito Santo não perca receita”, disse.

A deputada Iriny Lopes (PT), por meio de sua assessoria, destacou os pontos que considera positivos na proposta aprovada. Além da redução do número de alíquotas do ICMS, ela acredita que baixar a incidência do imposto nos produtos básicos e para os medicamentos e sobretaxar os produtos considerados supérfluos vão beneficiar a população. De acordo com a assessoria, Iriny considera que alguns pontos poderiam avançar mais, mas entende o jogo de negociação precisa ser feito para que se chegue a um consenso que permita a aprovação da matéria.

Neucimar Fraga (PL) disse que, além seguir a orientação partidária, votou a favor pela necessidade de se fazer a reforma. “Não é a que queríamos, mas é difícil contemplar todos os segmentos da sociedade e aprovar tudo ao mesmo tempo”. Ele lembrou que o Estado foi contemplado na reforma no Fundap, por exemplo, que deve permanecer por mais 11 anos.

O deputado Marcus Vicente (PPB) disse que votou a favor da reforma acatando o pedido do governador Paulo Hartung (PSB). “Um dos pontos primordiais para o Estado foi a compensação da Lei Kandir, que cresceu

R\$ 2 bilhões, ou seja, de R\$ 6 para R\$ 8 bilhões”, avaliou.

O deputado João Miguel Feu Rosa (PP) disse que votou a favor da proposta porque ela simplificou o sistema tributário e por evitar a guerra de incentivos fiscais entre os Estados. Outro

que votou a favor foi Carlos Mariano (PDT). Ele alegou que a matéria apresentou vários avanços, como a participação dos Estados e municípios na Cide e a desoneração de produtos da cesta básica e de medicamentos.

O deputado Renato Casagran-

de (PSB) não foi localizado para falar sobre a reforma. Mas ele já tinha manifestado ser favorável à aprovação do texto. A deputada Rose de Freitas (PSDB) também não foi encontrada, mas teria acompanhado a bancada tucana e votado a favor da reforma.